



## 10/02/2016 13:06 - Mariana Carvalho vota contra aumento de imposto de renda defendido pela presidente Dilma

A deputada Mariana Carvalho (PSDB – RO) votou contra a medida provisória do ajuste fiscal que aumenta o Imposto de Renda sobre ganho de capital, instituindo alíquotas progressivas conforme o valor das operações.

O texto foi aprovado na Câmara nesta quarta-feira (03) e agora segue para apreciação do Senado. Nesta primeira votação não foi fácil e se estendeu por horas porque os parlamentares de oposição, principalmente a bancada do PSDB, não concordam com o aumento de tributos defendidos pela presidente Dilma.

Mariana Carvalho declarou que a população brasileira não pode pagar pela má gestão do governo petista que vem demonstrando incompetência para gerir o dinheiro público. “A sociedade brasileira já sofre com uma pesada carga tributária e neste momento de crise com inflação em alta e desemprego crescente não podemos sacrificar o bolso dos cidadãos”, observou à tuana.

Embora os opositoristas tenham tentado evitar a votação, a MP foi aprovada e os seus efeitos começaram a valer em janeiro deste ano, mas a medida precisa ser aprovada pelo Congresso para que as mudanças sejam mantidas.

Atualmente, é cobrado de pessoas físicas um percentual de 15% sobre operações que gerem lucro, como a venda de um imóvel que se valorizou. Com o texto aprovado pelo Congresso, o percentual vai variar de 15% a 22,5%, conforme o valor do ganho de capital.

Pela matéria, os ganhos até R\$ 5 milhões pagarão 15%; entre R\$ 5 milhões e R\$ 10 milhões, a alíquota será de 17,5%; de R\$ 10 a 30 milhões, de 20%; e de 22,5% sobre a parcela dos ganhos que ultrapassar R\$ 30 milhões.

A proposta aprovada pelos deputados é mais branda que a medida provisória editada pela presidente Dilma Rousseff, a qual determinava as seguintes alíquotas: 15%, para ganho de até R\$ 1 milhão; 20%, para ganhos de R\$ 1 milhão a R\$ 5 milhões; 25% para ganhos de R\$ 5 milhões a R\$ 20 milhões e 30% para o que ultrapassar R\$ 20 milhões. Os deputados rejeitaram todos os destaques que poderiam mudar a proposta.

Fonte: Assessoria